

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - GRU Airport

A Administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU Airport" ou "Companhia" ou "Concessionária" ou "GRU" ou "Aeroporto") apresenta o Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras em conjunto com o relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, e o parecer do conselho fiscal referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados realizados do exercício de 2025 e todos os valores estão em milhões de reais (R\$) e em valores nominais, exceto quando indicado. A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. é uma Sociedade por Ações de capital aberto (Categoria B), constituída em 8 de maio de 2012. Com sede na Rodovia Hélio Smidt, em Guarulhos/SP, a Companhia atua como uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), tendo como objeto social a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária local.

O contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Rios foi assinado com o Governo Federal em 14 de junho de 2012. O vínculo possui prazo de 20 anos, iniciado em 11 de julho de 2012, com término previsto para 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 5 anos. Em dezembro de 2024 foi assinado o 11º Termo aditivo ao contrato de concessão que autorizou a extensão do contrato pelo período de 1 ano e 4 meses, passando o término da concessão a ocorrer no dia 23 de novembro de 2033.

A estrutura societária da Companhia é dividida entre o Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR (51%) e a Infraero (49%). Por sua vez, a GRUPAR é composta pela Invepar, que detém 80% de participação, e pela sul-africana Airports Company South Africa (ACSA), com os 20% restantes.

**Sobre os acionistas:**  
Invepar: Holding brasileira de infraestrutura de transporte com atuação nos segmentos de aeroportos, mobilidade urbana e rodovias. Seu portfólio atual inclui o GRU Airport e duas concessões rodoviárias. Infraero: Empresa pública federal com mais de 50 anos de experiência, figurando entre as maiores operadoras aeroportuárias do mundo. Além de Guarulhos, mantém participação de 49% nos aeroportos de Viracopos (SP), Brasília (DF), Confins (MG) e Galeão (RJ). ACSA: Referência global no setor, administra nove aeroportos na África do Sul, incluindo os hubs internacionais de Joanesburgo (O.R. Tambo), Cidade do Cabo e King Shaka.

- <sup>1</sup> <https://ri.invepar.com.br/central-de-resultados/>
- <sup>2</sup> <https://transparencia.infraero.gov.br/sobre-a-infraero/>
- <sup>3</sup> <https://www.airports.co.za/about-us/airports-company/company-profile>

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezado acionista,**  
O ano de 2025 consolidou-se como um período de grande relevância na trajetória da Concessionária. O exercício foi encerrado com um resultado expressivo de 47,2 milhões de passageiros movimentados, estabelecendo o maior volume registrado desde o início da concessão. Esse desempenho reflete, principalmente, o crescimento do segmento doméstico, que apresentou expansão de 9,0% em relação a 2024.

A Companhia consolidou sua posição estratégica como o maior hub da América Latina, liderando o tráfego de passageiros, à frente de Bogotá e da Cidade do México, que ocupam a segunda e a terceira posições, respectivamente. O mercado de movimentação de cargas atingiu a liderança absoluta do mercado, sendo responsável por 57% das importações e exportações aéreas do país, superando o patamar de 55% registrado em 2024.

GRU também registrou o maior volume de carga de sua história, com aproximadamente 342 mil toneladas movimentadas, o que representa um crescimento de 1,3% em comparação a 2024 e reafirma a relevância estratégica do aeroporto no cenário logístico nacional consolidando-se como o maior do Brasil.

Com o objetivo de aumentar o fluxo de passageiros e aprimorar a qualidade dos serviços prestados, a Concessionária realizou diversos investimentos estratégicos, dentre os quais destacam-se: (i) o projeto do Pier T3B - Obra Civil, que contempla a construção de um novo pier no Terminal de Passagem 3, com potencial para ampliar a capacidade operacional de voos e suportar o crescimento do fluxo de passageiros no aeroporto; (ii) a reforma da Ambientação Interna, com objetivo de revitalizar e modernizar o Terminal de Passagem 2, proporcionando melhorias na experiência dos usuários; e (iii) a recuperação estrutural da Pista 10L, voltada ao aprimoramento do nível de serviço e ao fortalecimento das condições de segurança da infraestrutura aeroportuária. Em parceria com a Brookfield, a Concessionária avançou com a ampliação do Terminal de Carga (TECA), projeto que dobrará sua capacidade operacional, superando 200 mil m² de área coberta e reforçando a capacidade logística do aeroporto para atender à crescente demanda do setor.

A receita tarifária totalizou R\$ 2,3 bilhões em 2025, representando um crescimento de 15,7% em relação a 2024. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pela retomada da demanda por transporte de passageiros, pelo aumento na movimentação de aeronaves (MTA) e pela expansão no volume de cargas processadas no período.

A receita não tarifária totalizou R\$ 2,0 bilhões em 2025, representando um crescimento de 15,7% em relação a 2024. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) Duty Free, beneficiado pelo aumento de 6,9% no volume de passageiros internacionais; (ii) Salas VIP, com melhor desempenho dos lounges próprios e aumento no número de acessos, em linha com o crescimento do tráfego de passageiros internacional; e (iii) Hangar, cuja receita apresentou crescimento de 45,2% em relação a 2024, refletindo, principalmente, o início das operações do GAT GRU/Novo hangar da United.

A Concessionária reduziu seus Custos & Despesas Operacionais em 5,5%, principalmente pelo reconhecimento de reequilíbrios econômicos-financeiros, após anuência da agência reguladora (ANAC). Em 2025, GRU Airport registrou lucro de R\$ 771,8 milhões, e uma margem EBITDA de 77,3%, representando um expressivo crescimento em relação a 2024, com incremento de R\$ 745,6 milhões no resultado do exercício. Esse desempenho financeiro reflete, principalmente, o aumento no fluxo de passageiros, o maior volume de movimentação no terminal de cargas e a melhoria contínua da eficiência operacional.

<sup>4</sup> <https://horus.labtrans.ufsc.br/genercial/?auth=#Movimentacao/Desempenho>

### ANÁLISE DO SETOR AEROPORTUÁRIO BRASILEIRO

Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), foram transportados, em voos domésticos e internacionais, 132,8 milhões de passageiros aéreos em 2025, um crescimento de 11,5 milhões (+9,4%) quando comparado ao ano anterior.

No segmento doméstico, foram 103,2 milhões de passageiros movimentados em 2025, 8,2% acima do movimento de 2024. Já o segmento internacional, a evolução foi ainda maior, cresceu 13,9% da demanda em relação ao ano anterior, somando 29,6 milhões de passageiros internacionais em 2025.

<sup>5</sup> <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos>

### PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Desempenho Operacional	2025	2024	Var.%
Nº Total de Passageiros incluindo conexões (Milhões)	47,2	43,6	8,3%
Nº Total de Passageiros Internacionais (MM)	16,8	15,7	6,9%
Nº Total de Passageiros Domésticos (MM)	30,4	27,9	9,0%
<b>Movimentação de Aeronaves (MTA) Total Mil</b>	<b>305,2</b>	<b>288,1</b>	<b>5,9%</b>
MTA Internacional (Mil)	85,1	79,5	7,0%
MTA Doméstico (Mil)	220,1	208,6	5,5%
<b>Volume de Cargas<sup>1</sup> (Mil Tons)</b>	<b>342,3</b>	<b>338,0</b>	<b>1,3%</b>
Companhias Aéreas <sup>2</sup>	37	36	2,8%
Destinos <sup>3</sup>	113	112	0,9%
Vagas de Estacionamento <sup>4</sup>	7.459	7.900	-5,6%
Estabelecimentos Comerciais <sup>5</sup>	370	352	5,1%

- <sup>1</sup> Volume de cargas faturadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA) - (desconsidera volume courier);
- <sup>2</sup> Considera apenas as companhias aéreas que realizaram voos regulares;
- <sup>3</sup> Considera apenas destinos servidos por voos regulares de passageiros;
- <sup>4</sup> Incluindo vagas para motocicletas;
- <sup>5</sup> Não considerados ATMs, Comodato, Depósitos, Locações Temporárias, Vending Machines e Secure Bags.

### TOTAL DE PASSAGEIROS

A movimentação de passageiros internacionais registrou um crescimento significativo de 6,9% em comparação com 2024. O melhor desempenho observado em 2025 em relação a 2024 é atribuído aos aumentos de frequência nos destinos Buenos Aires, Bariloche e Córdoba, operados por Gol e Latam; Lima, Orlando, Montevideu, Milão, Lisboa, Los Angeles, Roma, Johannesburg, Barcelona e Mendoza, com a Latam; e San José, Aruba, Bogotá, Punta Cana e Medellín, com a Gol; Bogotá com a GOL, Latam e Avianca; Santiago devido a escala com a Turkish e com a Latam; Madrid com a Ibéria e Latam; Casablanca com Royal Air Maroc; Doha com Qatar. Ainda houve o lançamento de novos voos como Caracas com a Gol e retomada de Munique com Lufthansa.

O segmento doméstico registrou um crescimento de 9,0% na movimentação de passageiros em função das obras do hotel no Terminal 3, da vedação perimetral da rodoviária localizada no Terminal 2 e da construção da praça de pick up (Terminal 2), destinada a atender a demanda de embarque e desembarque de passageiros, com faixas exclusivas para táxis, veículos particulares e aplicativos de transporte. No mês de outubro, foi inaugurado o serviço de Valet no Terminal 2, disponível para os passageiros na área de embarque, proporcionando maior comodidade aos usuários que optarem por contratar o serviço.

### MOVIMENTAÇÃO DE AERONAVES

A movimentação total de aeronaves (MTA) em 2025 teve um crescimento de 5,9% em relação ao ano anterior, valor inferior ao crescimento da quantidade de movimentos de passageiros (8,3%) o que implicou em *load factors* mais elevados. A movimentação total foi impulsionada principalmente pelos voos internacionais, que registraram um crescimento de 7,0%, enquanto os voos domésticos tiveram uma elevação de 5,5% em relação ao ano de 2024.

### VOLUME DE CARGAS

Em 2025, GRU Airport consolidou-se como principal terminal logístico para cargas internacionais, responsável por 57% das importações e exportações aéreas no Brasil, superando os 55% registrados em 2024. O terminal movimentou 55% de toda a carga importada e 59% das exportações. Esse aumento no *market share* destaca a consolidação do Terminal de Cargas (TECA GRU) no mercado e o crescimento da movimentação de cargas no país. Entre os produtos mais transportados estão itens do segmento Maquiagem (4,2%), Têxtil (+19%), Fármaco/Químico/Hospitalar (+15%) e Técnico/Eletrô/Eletrônico (+7%). O ano de 2025 foi marcado pelo ápice da movimentação logística, com o atingimento do volume recorde de 167 mil toneladas em importações. Esse resultado expressivo é também fruto da implementação de ações estratégicas ao longo do ano, tais como: (i) foco na atração de cargas de segmentos estratégicos, elevando a rentabilidade das operações; (ii) reestruturação organizacional e operacional promovida ao longo do período, que contribuiu de forma decisiva para a melhoria do serviço, (iii) aumento do volume de importações e (iv) otimização dos processos.

<sup>6</sup> <https://horus.labtrans.ufsc.br/genercial/?auth=#Movimentacao/Desempenho>

### VAGAS DE ESTACIONAMENTO

No ano de 2025, registrou-se uma média de 7.459 vagas de estacionamento disponíveis, em comparação com 7.900 vagas no ano de 2024, o que representa um decréscimo de -5,6%. Essa diminuição ocorre em função das obras do hotel no Terminal 3, da vedação perimetral da rodoviária localizada no Terminal 2 e da construção da praça de pick up (Terminal 2), destinada a atender a demanda de embarque e desembarque de passageiros, com faixas exclusivas para táxis, veículos particulares e aplicativos de transporte. No mês de outubro, foi inaugurado o serviço de Valet no Terminal 2, disponível para os passageiros na área de embarque, proporcionando maior comodidade aos usuários que optarem por contratar o serviço.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITAS	2025	2024	Var.%
<b>Receita Operacional (R\$ MM)</b>	<b>2.349,4</b>	<b>2.030,0</b>	<b>15,7%</b>
Receita Tarifária	2.349,4	2.030,0	15,7%
Receita Não Tarifária	1.990,4	1.720,5	15,7%
<b>Receita Bruta Ajustada</b>	<b>4.339,8</b>	<b>3.750,5</b>	<b>15,7%</b>
Dedução da Receita Bruta <sup>1</sup>	(560,2)	(489,6)	14,4%
<b>Receita Líquida Ajustada<sup>1</sup></b>	<b>3.779,7</b>	<b>3.260,9</b>	<b>15,9%</b>

<sup>1</sup> Desconsidera receita de construção.

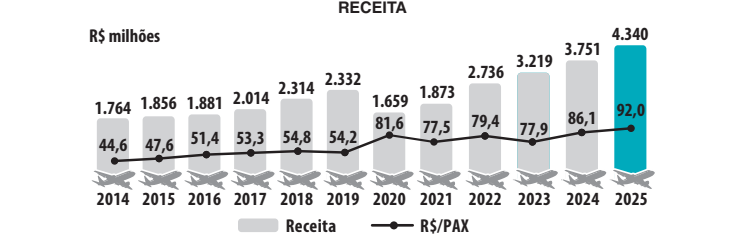
### RECEITAS TARIFÁRIAS

São receitas devidas pelos clientes dos serviços aeroportuários, tais como tarifas de embarque e de conexão de passageiros, bem como tarifas de pouso e permanência de aeronaves, além das tarifas vinculadas ao terminal de cargas, como armazenagem e capatazia.

A receita tarifária foi de R\$ 2,3 bilhões, 15,7% superior à registrada em 2024. Contribuíram para esse desempenho a retomada da demanda de passageiros, da movimentação de aeronaves (MTA) e do volume de cargas.

### RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS

São receitas decorrentes da celebração de contratos com terceiros para a exploração de espaços no complexo aeroportuário ou receitas de serviços. Dentre elas, destacam-se as receitas de cessão de espaço para lojas e restaurantes, Salas VIP, estacionamento, publicidade e serviços aos passageiros. A receita não tarifária foi de R\$ 2 bilhões em 2025, 15,7% superior à registrada em 2024. Os principais destaques foram: (i) Duty Free, impulsionado pelo aumento de 6,9% no volume de passageiros internacionais; (ii) Salas VIP, com melhor desempenho dos *lounges* próprios e maior quantidade de acesso em virtude do crescimento de passageiros internacionais; e (iii) Hangar cuja receita apresentou crescimento de 45,2% em relação a 2024, devido principalmente ao GAT GRU/Novo Hangar United.



### CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ MM)	2025	2024	Var.%	Var.RS
Pessoal	(154,3)	(133,7)	15,4%	(20,6)
Conservação & Manutenção	(118,4)	(112,8)	5,0%	(5,6)
Operacionais	(349,7)	(254,9)	37,2%	(94,8)
Despesas Administrativas <sup>1</sup>	198,6	17,1	1064,8%	181,5
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustados<sup>2</sup></b>	<b>(423,8)</b>	<b>(484,3)</b>	<b>-12,5%</b>	<b>60,5</b>
Pré-Outorga Variável	(435,0)	(364,9)	19,2%	(70,1)
Outorga Variável	(858,8)	(849,2)	1,1%	(9,6)
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustados<sup>2</sup></b>	<b>(999,0)</b>	<b>(1.116,4)</b>	<b>-10,5%</b>	<b>117,4</b>
Depreciação & Amortização	(999,0)	(1.116,4)	-10,5%	117,4
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais</b>	<b>(1.857,8)</b>	<b>(1.965,6)</b>	<b>-5,5%</b>	<b>107,8</b>

<sup>1</sup> Considera reembolso de condomínio, PECLD, outras despesas administrativas e reequilíbrios;

<sup>2</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao custo de construção, depreciação e amortização;

### CUSTOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal aumentaram cerca de R\$ 21 milhões, representando um crescimento de 15,4%. Esse aumento deve-se a um incremento no número de funcionários, adequando à maior demanda aeroportuária visando a melhoria operacional e nível de serviço da Concessionária e ainda, em 2025, houve reajuste nos custos de assistência médica.

### CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Os custos de conservação e manutenção tiveram um acréscimo de 5%, principalmente em razão de custo para a melhoria no nível de serviços de conservação e limpeza, maior demanda por materiais de manutenção e materiais e insumos descartáveis, além de manutenções de equipamentos e reforma de carrinhos de bagagem.

### CUSTOS OPERACIONAIS

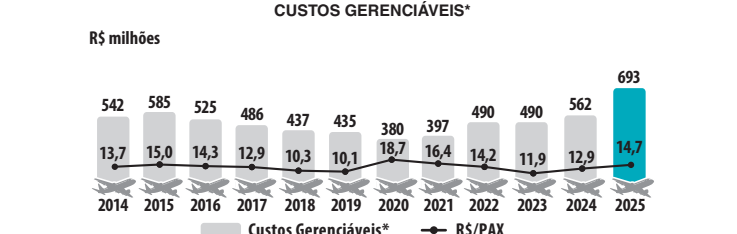
Os custos operacionais também cresceram 37,2%, totalizando um incremento de R\$ 94,8 milhões, impulsionados pelo aumento na demanda, principalmente pela contratação para atendimento ao controle migratório, movimentação de cargas, transportes de passageiros e inspeção de bagagens.

### DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas apresentaram uma variação positiva de R\$ 181,6 milhões, principalmente em função dos efeitos dos reequilíbrios econômico-financeiros relacionados à capatazia de carga tabela 11 e ao controle migratório, além da reversão de contingência relativa ao processo que disculsa a incidência do ICMS sobre os encargos setoriais de transmissão e distribuição de energia elétrica (TUST/TUSD).

### OUTORGA VARIÁVEL

A rubrica de outorga variável apresenta um aumento de R\$ 70,1 milhões em relação a 2024, refletindo diretamente o desempenho positivo das receitas do exercício. Por estar vinculada a receita bruta, o crescimento observado decorre de um ano de forte geração de receita, que inclusive resultou na incidência de um adicional de 15%, aplicado em função do elevado patamar de faturamento alcançado.



\* Desconsidera PECLD, Contingências, Outras Receitas/Despesas, Reembolso de Condomínio e Outorga Variável.

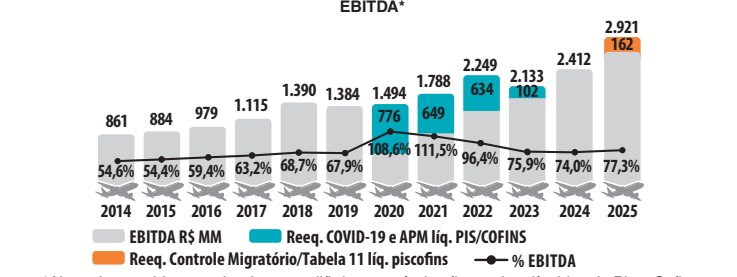
### EBITDA E MARGEM EBITDA

Ebitda e Margem Ebitda (R\$ MM)	2025	2024	Var.%	Var.RS
<b>EBIT<sup>1</sup></b>	<b>1.921,8</b>	<b>1.295,3</b>	<b>48,4%</b>	<b>626,5</b>
(+) Depreciação & Amortização	999,0	1.116,4	-10,5%	(117,4)
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>2.920,8</b>	<b>2.411,7</b>	<b>21,1%</b>	<b>509,1</b>
(+) Ajustes	-	-	-	-
(-) Receita de Construção (IFRS)	(38,4)	(70,4)	-45,5%	32,0
(+) Custo de Construção (IFRS)	38,4	70,4	-45,5%	(32,0)
<b>EBITDA Ajustado<sup>2</sup></b>	<b>2.920,8</b>	<b>2.411,7</b>	<b>21,1%</b>	<b>509,1</b>
Receita Líquida Ajustada	3.779,6	3.260,9	15,9%	518,7
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>77,3%</b>	<b>74,0%</b>	<b>3,3 p.p</b>	-

<sup>1</sup> Resolução CVM Nº156/22;

<sup>2</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação a receita e custo de construção.

<sup>3</sup> Considera reequilíbrios econômico-financeiros.



\*Ajustado: considera o valor dos reequilíbrios econômico-financeiros líquidos de Pis e Cofins.

### RESULTADO LÍQUIDO

Resultado Líquido (R\$ MM)	2025	2024	Var.%
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>901,9</b>	<b>(49,5)</b>	<b>-1922,1%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(130,1)</b>	<b>75,7</b>	<b>-271,9%</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>771,8</b>	<b>26,2</b>	<b>2843,3%</b>

Em 2025, o lucro líquido do exercício foi de R\$ 771,8 milhões, R\$ 745,6 milhões superior ao registrado no ano anterior. Esse resultado reflete a melhor performance operacional, impulsionada principalmente pelo aumento de passageiros, movimentação de aeronaves e volume de cargas.

### PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

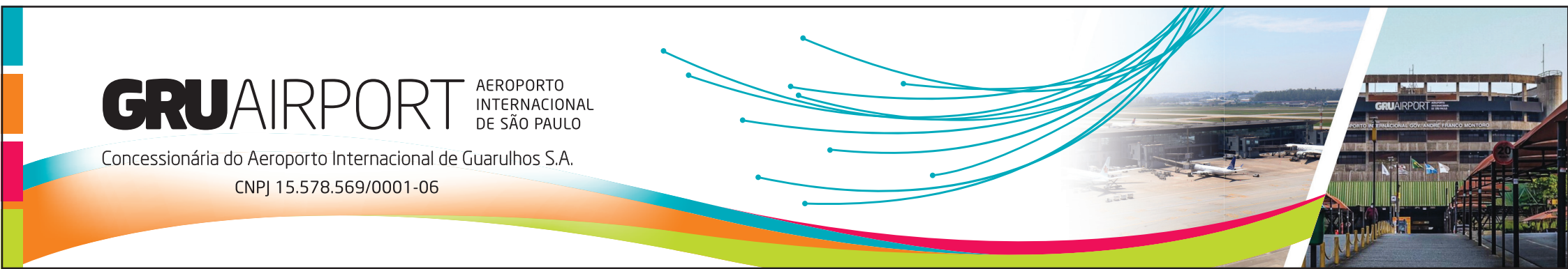
Investimentos (R\$ MM) <sup>1</sup>	2025	2024	Var.%
<b>Investimento Total</b>	<b>132,6</b>	<b>169,2</b>	<b>-21,6%</b>
Intangível (Bruto)	183,9	179,3	2,6%
Software e Outros	0,2	2,2	-90,7%
Direito de Concessão (Investimentos)	38,2	66,4	-42,4%
Outorga Fixa - Concessão	145,5	110,8	31,4%
(-) Transação não caixa	51,3	10,1	409,6%

<sup>1</sup> Movimentações do período. Não considera depreciação e amortização.

Os investimentos realizados em 2025 apresentaram uma variação de -21,6% em relação ao ano de 2024, equivalente a uma redução de R\$ 36,6 milhões, em função do maior valor físico dos projetos, uma vez que, em 2024, houve maior desembolso de caixa quando comparado ao exercício atual. Em 2025 destacaram-se os seguintes projetos: o projeto Pier T3B - Obra Civil, que contempla a construção de um novo Pier no Terminal de Passagem 3, com potencial de ampliação da capacidade de voos e incremento do fluxo de passageiros no aeroporto; a reforma da Ambientação Interna, com objetivo de revitalizar e modernizar o Terminal de Passagem 2; e a recuperação estrutural da Pista 10L, voltada à melhoria do nível de serviço e da segurança da infraestrutura aeroportuária. Além disso, a linha da Outorga Fixa - Concessão apresentou aumento de 31,4%, em decorrência da atualização monetária e capitalização nos períodos.

### ESTRUTURA FINANCEIRA

Disponibilidade e Endividamento (R\$ MM)	2025	2024	Var.%	Var. RS
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.202,2</b>	<b>1.856,3</b>	<b>-35,2%</b>	<b>(654,1)</b>
Emprést				



**GRU AIRPORT** AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO  
 Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.  
 CNPJ 15.578.569/0001-06

**Balancos Patrimoniais**  
 em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	824.315	847.188	Fornecedores	10	137.423	85.865
Aplicações financeiras vinculadas	5	2.744.701	1.767.186	Empréstimos e financiamentos	10	468.405	422.942
Contas a receber	6	325.913	279.920	Debêntures	11	226.919	302.595
Estoques		9.882	7.632	Impostos a recolher	7d	99.971	45.025
Impostos a recuperar	7a	32.835	58.436	Obrigações com empregados e administradores		24.767	22.208
Partes relacionadas	8	10	10	Concessão de serviço público	12	2.161.732	2.017.730
Adiantamentos		27.426	23.289	Partes relacionadas	14	505	621
		3.965.082	2.983.661	Receita diferida	14	63.314	63.328
				Adiantamento de clientes	14	15.677	22.404
				Outros passivos		3.710	5.662
						3.202.453	2.988.280
<b>Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	5	222.256	167.882	Empréstimos e financiamentos	10	506.898	947.677
Contas a receber	6	8.720	9.722	Debêntures	11	-	183.107
Impostos diferidos ativos	7b	1.194.238	1.067.602	Concessão de serviço público	12	14.048.319	13.705.643
Estoques		7.189	6.781	Provisão para obrigações legais	13	36.477	51.735
Impostos a recuperar	7a	294.248	288.372	Receita diferida	14	278.318	337.616
Depósitos judiciais	13	24.078	35.085	Adiantamento de clientes		8.672	9.209
Investimentos		16.278	16.278	Outros passivos		14.242	14.244
Imobilizado		1.811	665			14.892.926	15.249.231
Intangível	9	9.931.060	10.459.214				
		11.699.878	12.051.601				

**Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Capital social	15	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(5.826.807)	(5.826.807)
Resultado do exercício		771.830	26.223
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(2.430.419)	(3.202.249)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)</b>		<b>15.664.960</b>	<b>15.035.262</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações do Resultado**  
 para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de serviços tarifários e não tarifários		3.779.666	3.260.905
Receita de construção		38.385	70.386
Receita operacional líquida	16	3.818.051	3.331.291
Custo dos serviços prestados	17	(1.923.972)	(1.865.591)
Custo de construção	17	(38.385)	(70.386)
Lucro bruto		1.855.694	1.395.314
Despesas gerais e administrativas	17	(111.817)	(113.416)
Outras receitas e despesas	17	177.928	13.369
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		1.921.805	1.295.267
Receitas financeiras	18	534.266	285.577
Despesas financeiras	18	(1.554.142)	(1.630.296)
Resultado antes dos impostos		901.929	(49.452)
Imposto de renda e contribuição social	7c	(130.099)	75.675
Corrente		(259.238)	(32.690)
Diferido		129.139	108.365
Lucro líquido do exercício		771.830	26.223
Lucro líquido por ação (em reais)	24	0,254	0,009

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações do Resultado Abrangente**  
 para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	771.830	26.223
Total do resultado abrangente do exercício	771.830	26.223

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
 para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/Prejuízo do exercício antes dos impostos		901.929	(49.452)
Depreciação e amortização		999.042	1.116.723
Baixa de imobilizado e intangível		(176)	4.136
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/17	(29.420)	(32.859)
Provisão para obrigações legais	13	(15.258)	18.438
Apropriação de receita diferida	14	(48.959)	(48.832)
Variações monetárias e encargos, líquidas		1.016.259	1.320.203
Reequilíbrio econômico-financeiro	12/14	(199.658)	(17.250)
Realização do custo de captação de debêntures	11	959	961
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber	6	(15.571)	32.190
Estoques		(2.658)	2.966
Outros adiantamentos		(4.137)	(10.686)
Impostos a recuperar		21.030	42.511
Depósitos judiciais	13a	11.007	(2.227)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		249	(17.696)
Partes relacionadas		14	(20.885)
Obrigações com empregados e administradores		2.559	2.150
Impostos a recolher		(201.789)	(28.193)
Adiantamento de clientes		(7.264)	(6.910)
Outras obrigações e contas a pagar		(1.954)	14.025
Outorga variável	12	442.324	371.033
Pagamento outorga variável	12	(371.033)	(319.587)
Receita diferida	14	38	16.492
Juros pagos	10/11	(139.039)	(175.137)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.359.494	2.212.114
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(1.362.139)	(1.220.357)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		839.826	663.391
Aquisição de investimento		-	(16.278)
Aquisição de intangível		(274.838)	(76.473)
Aquisição de imobilizado		(1.565)	(1.09)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(798.716)	(649.826)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	10/11	(693.041)	(465.146)
Pagamento da outorga fixa	12	(890.610)	(804.367)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(1.583.651)	(1.305.513)
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(22.873)	256.775
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		847.188	590.413
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		824.315	847.188
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(22.873)	256.775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações do Valor Adicionado**  
 para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		4.426.875	3.875.545
Receita operacional bruta tarifária e não tarifária	16	4.339.848	3.750.521
Outras receitas		57.407	92.165
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/17	29.420	32.859
Insunso adquiridos de terceiros		(990.714)	(877.120)
Custos dos serviços prestados		(862.430)	(712.528)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(128.284)	(164.592)
Valor adicionado bruto		3.435.961	2.998.425
Retenções			
Depreciação e amortização	17	(999.042)	(1.116.449)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		2.436.919	1.881.976
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	534.266	285.577
Valor adicionado total a distribuir		2.971.185	2.167.553
Distribuição do valor adicionado		2.971.185	2.167.553
Pessoal e encargos		133.126	115.570
Remuneração direta		89.149	75.472
Benefícios		36.442	34.565
FGTS		7.535	5.533
Impostos, taxas e contribuições		536.875	408.674
Federais		413.397	300.700
Municipais		123.478	107.974
Remuneração do capital de terceiros		1.529.354	1.617.086
Juros	18	176.022	210.779
Atualização outorga	18	1.349.813	1.374.595
Outros		3.519	31.712
Remuneração de capital próprio		771.830	26.223
Lucro líquido do exercício		771.830	26.223

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**2.19 Contrato de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12:** A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão. 2.20 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade: 2.20.1 Normas emitidas e não vigentes: **Classificação e mensuração de instrumentos financeiros - Alterações aos IFRS 9 e IFRS 7 (R1)** - Vigente a partir de janeiro de 2026. Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 (CPC 48 - Instrumentos Financeiros) e ao IFRS 7 (CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação) para abordar a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Concessionária. **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras** - Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 que substitui a IAS 1 (CPC 26 (R1)). A nova norma mantém muitos dos requisitos das IAS 1 (CPC 26 (R1)) e os complementa com novos requisitos. Alguns dos requisitos da IAS 1 (CPC 26 (R1)) foram movidos para a IAS 8 (CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação. O IASB também fez pequenas alterações na IAS 7 (CPC 03 (R2)) - Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 (CPC 41 - Resultado por Ação). A IFRS 18 exige a aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A Companhia está no processo de avaliação do impacto ao novo padrão. **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública - Divulgação** - Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e elas podem aplicar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Concessionária.

**3. CONTRATO DE CONCESSÃO**

a) Objeto: O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases: • FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013); • FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014); • FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016); • FASE II - Investimentos em infraestrutura, demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual para a Concessionária no período findo em 31 de dezembro de 2025). **Prazo de vigência:** O contrato de concessão tem prazo inicial de 20 (vinte) anos, findos em julho de 2032. Podendo ser prorrogado por mais 5 anos. Em novembro de 2024, com a emissão do 11º termo aditivo ao contrato de concessão houve a prorrogação do prazo da concessão por 16 meses, findos em 23 de novembro de 2033 devidamente outorgado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), podendo ser prorrogado por mais três anos e seis meses. **Contribuição ao sistema:** Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se compromete a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 mil com parcelas anuais de R\$ 810.650 mil, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com os adiantamentos ao contrato de concessão em 2017, 2020, 2023 e 2024 que alteraram o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017, decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
 (Passivo a descoberto) para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 31 de Dezembro de 2023</b>	2.624.558	(5.826.807)	(3.202.249)
Lucro Líquido do exercício	-	26.223	26.223
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>	2.624.558	(5.826.807)	(3.202.249)
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>	2.624.558	(5.826.807)	(3.202.249)
Lucro Líquido do exercício	-	771.830	771.830
<b>Em 31 de Dezembro de 2025</b>	2.624.558	(5.054.977)	(2.430.419)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

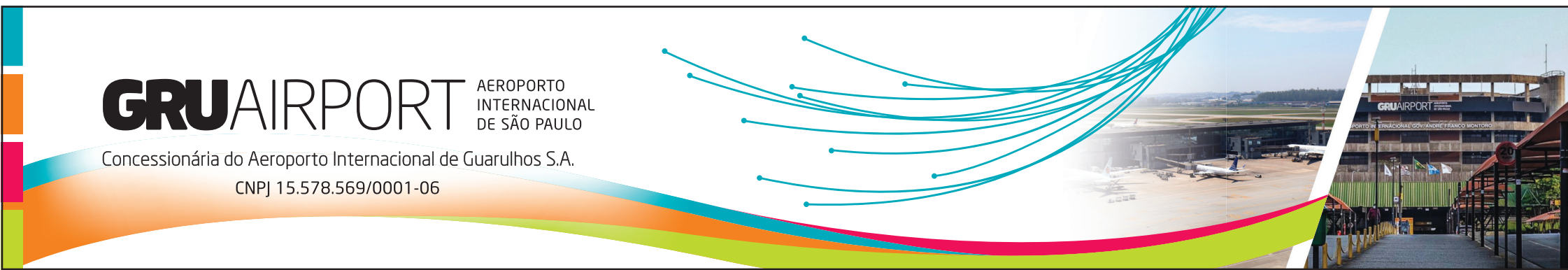
**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras**  
 Referentes aos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária", "Companhia", "Aeroporto" ou "GRU Airport") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. Grupar ("Grupar"), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria "B" e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n Guarulhos, São Paulo. O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 11 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Em dezembro de 2024 foi assinado o 11º Termo aditivo ao contrato de concessão que autorizou a extensão do contrato pelo período de 1 ano e quatro meses, passando o término da concessão a ocorrer no dia 23 de novembro de 2033. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descrito na nota explicativa nº 12. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Concessionária apresentou lucro no montante de R\$ 771.830 (lucro de R\$ 26.223 no período findo em 31 de dezembro de 2024), e em 31 de dezembro de 2025, apresentou um capital circulante líquido positivo de R\$ 762.629 (R\$ 4.619 negativo em 31 de dezembro de 2024) e patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 2.430.419 (R\$ 3.202.249 em 31 de dezembro de 2024). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual do prejuízo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsto. Pelos próximos 7 anos e 11 meses, a Concessionária realizará investimentos de acordo com a fase II do Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

**2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB. As demonstrações financeiras da Concessionária estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07(R1), que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. **2.2 Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Concessionária leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem em consideração em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, com uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da Concessionária. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, conforme descrito na nota explicativa nº 22. **2.3 Apresentação das demonstrações financeiras:** As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Concessionária. A Administração da Concessionária, autorizou em 20 de março de 2026, a emissão destas demonstrações financeiras. **2.4 Reconhecimento da receita de contrato com o cliente:** A receita é mensurada com base na contraprestação de serviço, especificada no contrato acordado com o cliente. A Concessionária reconhece a contraprestação de serviço no momento em que transfere ao cliente o controle sobre o serviço. a) Receita de serviços: A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e captação. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no contrato de concessão. Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária pode explorar outras atividades econômicas como cessão de espaços, estacionamento, publicidade e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. A receita de serviços não tarifários é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. b) Receita de juros: A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. c) Receita de construção: A receita de



Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ 15.578.569/0001-06

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras**  
Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. Bens integrantes da concessão: Integram a concessão os bens necessários à prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros. b) Direitos e deveres: Deveres gerais: Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados. Investimentos: Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário. c) Remuneração da Concessionária: **Receitas Tarifárias:** São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia. **Receitas não Tarifárias:** São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros. d) Transferência da concessão e do controle societário: A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato. e) Utilização do complexo aeroportuário: Disposições gerais: A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	20.115	11.840
Aplicações em CDB e Fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	804.200	835.348
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	824.315	847.188

As aplicações financeiras são representadas por produtos diversificados que incluem CDB de curto prazo e fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais do Tesouro Nacional com remuneração média ponderada de 101,2% do CDI (102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024), investimentos de curto prazo e de alta liquidez.

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS**

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	2.744.701	1.767.186
Conta Pagamento/Reserva Outorga	2.744.701	1.767.186
Não circulante	222.256	167.882
Conta Reserva	222.256	167.882
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	2.966.957	1.935.068

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos. Os saldos nas contas reservas outorgas são destinados ao pagamento da Outorga fixa e variável. Os fundos são remunerados pela taxa média de 99,2% do CDI (95,1% do CDI em 31 de dezembro de 2024) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor os saldos das contas reservas: da conta pagamento, da conta outorga fixa e da conta outorga variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos contratos de financiamentos e de cessão fiduciária de direitos creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassados (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

**6. CONTAS A RECEBER**

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	117.739	121.552
Armazenagem	34.131	29.573
	151.870	151.125
Contas a receber não tarifárias		
Receitas acessórias	240.567	225.741
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(57.804)	(87.224)
Total contas a receber	334.633	289.642
Circulante	325.913	279.920
Não circulante(*)	8.720	9.722

(\*) montante correspondente a renegociação dos títulos em confissão de dívida. Em 31 de dezembro de 2025, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

		Saldos vencidos								
		de 31 de	de 61 de	de 91 de	de 121 de	de 151 de	>180 dias			
31 de Dezembro de 2025	334.633	(57.804)	308.900	17.716	4.933	3.663	1.782	1.388	1.262	52.793

		Saldos vencidos								
		de 31 de	de 61 de	de 91 de	de 121 de	de 151 de	>180 dias			
31 de Dezembro de 2024	289.642	(87.224)	285.111	20.503	6.888	4.274	3.043	2.403	2.959	51.685

Em 31 de dezembro 2025, a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 57.804 (R\$ 87.224 em 31 de dezembro de 2024).

Movimentação na perda estimada com crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do período/exercício	(87.224)	(120.083)
Constituição/Reversão	23.781	32.051
Baixa para perdas	5.639	808
Saldo no fim do período	(57.804)	(87.224)

A Concessionária avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas. Após identificação de utilização do critério de perdas estimadas, a Concessionária aplica o percentual de provisão estabelecida para cada taxa de *aging*. Em 31 de outubro de 2023, a Southrock Capital Ltda., à época, na qualidade de detentora das marcas Starbucks, Subway, Brazil Airport Restaurantes entre outras do setor de alimentos e bebidas ingressou com o pedido de recuperação judicial junto à Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, (local onde estão concentradas as principais atividades, administração e o patrimônio da empresa), a fim de proteger o seu interesse privado e garantir a continuidade de sua atividade empresarial. Em 31 de março de 2025, foi proferida decisão homologando o PPLJ (Plano de Recuperação Judicial) apresentado pela Southrock. Em 22 de abril de 2025, a Concessionária confirmou sua opção por se tornar credora estratégica, garantindo o seu enquadramento como um dos "Credores Estratégicos Locadores", com a finalidade de receber seu crédito com melhores condições.

**7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

a) Impostos a recuperar:

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	29.379	33.567
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	3.456	24.869
Total dos impostos a recuperar - circulante	32.835	58.436
PIS e COFINS - não circulante	294.248	288.372
Total	327.083	346.808

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto em sua maioria pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCP 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão. O montante de IRPJ e CSLL apresentado em impostos a recuperar em 31 de dezembro de 2024 refere-se em sua maioria ao IRPJ sobre os rendimentos de aplicação financeira. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.414.017	1.368.770
Total	1.414.017	1.368.770
Passivo diferido		
Outorga fiscal e margem de construção (*)	(304.789)	(343.258)
AVP outorga fiscal e reequilíbrio	86.303	43.609
Arrendamentos	(1.293)	(1.519)
Total	(219.779)	(301.168)
Saldo ativo diferido líquido	1.194.238	1.067.602

(\*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14. Movimentação do saldo do ativo diferido:

	31/12/2024	Const. 2025	Realização 2025	31/12/2025
IRPJ e CSLL ativo diferido	1.368.770	159.026	(113.779)	1.414.017

**10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

a) Composição da dívida:

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial	31/12/2024	incorridos	principal	juros	Saldo final	31/12/2025
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	952.528	89.760	(293.279)	(70.559)		678.450	
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	1.551	169	(489)	(138)		1.093	
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	414.149	40.978	(126.900)	(32.467)		295.760	
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	2.391	178	(2.461)	(108)			
Total					1.370.619	131.085	(423.129)	(103.272)		975.303	
Parcela do circulante					422.942					468.405	
Parcela do não circulante					947.677					506.898	

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial	31/12/2023	incorridos	principal	juros	Saldo final	31/12/2024
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.209.442	100.965	(264.901)	(92.978)		916.528	
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	1.993	156	(443)	(155)		1.551	
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	524.726	46.171	(114.074)	(42.674)		414.149	
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	4.920	763	(2.963)	(329)		2.391	
Total					1.741.081	148.055	(382.381)	(136.136)		1.370.619	
Parcela do circulante					386.297					422.942	
Parcela do não circulante					1.354.784					947.677	

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

Vencimento	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
2027	506.898	506.898								

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto: Em 13 de dezembro de 2013, a Concessionária

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais nos seguintes exercícios:

	Ativo
2026	84.995
2027	84.662
2028 a 2033	1.244.360
	1.414.017

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos. Conciliação entre imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal e efetiva: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue: c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social		
Lucro/Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	901.929	(49.452)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(306.656)	16.814
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício		
Diferenças permanentes	(2.458)	(2.379)
Incentivos fiscais (*)	6.223	-
Imposto de renda e contribuição social diferido constituído/não constituído	172.792	61.240
Total dos impostos no resultado - diferido	(130.999)	75.675
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(259.238)	(32.690)
Diferido	129.139	106.365
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	-14%	-153%

(\*) Os incentivos fiscais referem-se ao patrocínio a projetos culturais e esportivos. O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2025 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.170.293 (R\$ 1.340.621 em 31 de dezembro de 2024).

d) Impostos a recolher:

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos sobre receita PIS e COFINS	45.421	28.127
ISSQN	10.790	9.557
	56.211	37.684
Impostos retidos sobre serviços	12.477	7.341
Impostos sobre o lucro	31.283	31.283
Circulante	99.971	45.025

**8. PARTES RELACIONADAS**

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) à quaisquer matérias que possam beneficiar-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária. A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2025		Resultado
			Ativo Circulante	Passivo Circulante	
INFRAERO (i)	Prestação de serviços de capacitação técnica	Acionista direto	-	14	-
	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU e cessão de espaço	Acionista indireto	10	521	119
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU e cessão de espaço	Acionista indireto	10	535	119

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2024		Resultado
			Ativo Circulante	Passivo Circulante	
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU e cessão de espaço	Acionista indireto	10	521	116

a) Sumário das transações entre partes relacionadas: (i) O passivo com o acionista direto INFRAERO em 2025, decorre de gastos com serviço de capacitação técnica, por meio da realização do curso "Introdução à Emergência Aeroportuária", aderência direta às exigências normativas aplicáveis à segurança operacional, em especial às disposições da RBAC nº 153. (ii) O passivo com o acionista indireto INVEPAR decorre de gastos com funcionários cedidos à Concessionária. O ativo com o acionista indireto INVEPAR decorre de cessão de espaço. b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração durante o período foi a seguinte:

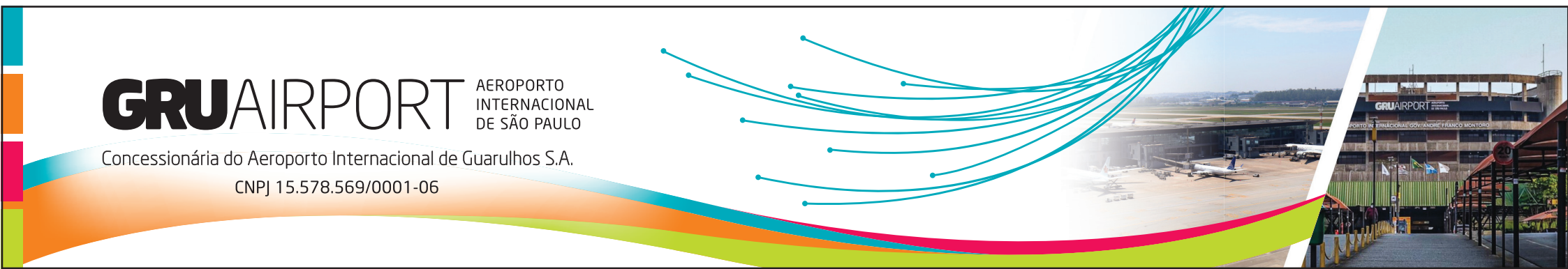
	31/12/2025			31/12/2024		
	Remuneração Fixa	Outros	Total	Remuneração Fixa	Outros	Total
Diretores	6.006	2.415	8.421	5.391	1.964	7.355
Conselho de administração e fiscal	1.685	337	2.022	1.406	283	1.689
Total	7.691	2.752	10.443	6.797	2.247	9.044

\* Contempla encargos aproximados de 15%. A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado. A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025 para o exercício de 2025, é de R\$ 9.625 (Não contempla valor de encargos). Em 31 de dezembro de 2025, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 3.514 (R\$ 3.533 em 31 de dezembro de 2024).

**9. INTANGÍVEL**

	Taxas anuais ponderadas médias				Saldo em amortização %	31/12/2024	Adições	Baixas	Transfê-rencias	Saldo em 31/12/2025
	Custo	28.823	-	-						
Software	15.377.645	145.451	-	-	15.523.096					
Outorga fixa - concessão	4.541.423	6.505	(1.366)	38.172	4.584.734					
Investimento para concessão	322.066	319.642	(25)	(38.367)	603.316					
Em andamento	20.270.114	471.598	(1.391)	-	20.740.321					
Total	20.270.114	471.598	(1.391)	-	20.740.321					
Amortização acumulada										
Software	20%	(25.729)	(1.284)	-	(27.013)					
Outorga fixa - concessão	(a)	(6.044.933)	(772.033)	-	(6.816.966)					
Investimento para concessão	(b)	(2.343.238)	(225.539)	495	(2.568.282)					
Total	(8.698.618)	(1.116.256)	3.974	-	(9.810.900)					
Intangível líquido	10.459.214	(527.258)	(896)	-	9.931.060					

a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX). Segundo orientações contidas no OCP 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente a finalização de cada fase. Em 17 de dezembro de 2024, foi formalizado o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos, autorizando a extensão do prazo contratual por 16 meses, estendendo o prazo de amortização do intangível. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 12. As adições no exercício referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização da atualização monetária da outorga fixa de R\$ 145.451. O saldo apresentado em andamento refere-se principalmente ao projeto APM, da elaboração do projeto, construção, operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 - Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP. O projeto denominado APM - *Automated People Mover* (AerogRU) terá o investimento relativo à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.371. Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza. A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos. Perdas por redução ao valor recuperável: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda



**GRU AIRPORT** AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO  
 Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.  
 CNPJ 15.578.569/0001-06

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras**  
 Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente. Em 18 de agosto de 2021, por meio da Decisão nº 398 da ANAC foi realizada a revisão extraordinária da Decisão 191 da ANAC, na qual foram analisadas detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contábil. Concluiu-se que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021. Reequilíbrio econômico financeiro - Novas exigências para alandamento: (Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020); Em 07 de março de 2019, a Concessionária interps o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento "Novas exigências para alandamento". A Concessionária sustentou que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 06 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alandamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB. Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro. A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente. A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá a valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	930
2023	904
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	302
Total	18.968

Reequilíbrio econômico financeiro - COVID-19: Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. (Decisão nº 642 da ANAC de 07 de dezembro de 2023); O valor do desequilíbrio verificado em 2023, corresponde ao montante de R\$ 44.395, a valores de 18 de dezembro de 2023, o montante foi compensado com a parcela da outorga fixa a pagar de 2025, com vencimento em 18 de dezembro de 2023. Em agosto de 2024, após a revisão e aprovação do fluxo de caixa marginal pela agência, concluiu-se que a Concessionária deve devolver o montante de R\$ 23.505 para a data-base de dezembro de 2023. O montante foi atualizado e pago junto a parcela da outorga fixa em 18 de dezembro de 2024. Reequilíbrio econômico financeiro - Controle Migratório: Em razão de novas exigências por legislação superveniente advindas da Portaria nº 15.205-DG/PP, de 30 de junho de 2021, que diz respeito à necessidade de fornecimento de pessoal habilitado para a operação de cabines de migração individualizadas, a partir de 1º de junho de 2024, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. (Decisão nº 729 da ANAC de 11 de dezembro de 2025); O valor do desequilíbrio verificado em 2025, corresponde ao montante de R\$ 50.764, a valores de 18 de dezembro de 2025, o montante foi compensado com a parcela da outorga fixa a pagar de 2025 com vencimento em 18 de dezembro de 2025. Reequilíbrio econômico financeiro - Tarifas de Armazenagem de Cargas: Em razão dos prejuízos causados pela ausência de reajuste das faixas de cobrança das tarifas de Armazenagem e Capatazia de Cargas Importadas de Alto Valor Específico constantes da tabela 11 do Anexo 4 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR no período compreendido entre 10 de fevereiro de 2020 até a entrada em vigor da Portaria nº 14.824/SRA/2024, de 17 de junho de 2024, que atualizou as faixas de cobrança da Tabela 11, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. (Decisão nº 732 da ANAC de 12 de dezembro de 2025); O valor do desequilíbrio verificado corresponde a R\$ 127.704, a valores de 18 de outubro de 2025, o montante foi atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal até o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa, o montante de R\$ 128.810 foi compensado com a parcela da outorga fixa a pagar de 2025 com vencimento em 18 de dezembro de 2025.

**13. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS**

A Concessionária é parte em processos administrativos e ações judiciais perante órgãos públicos e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, administrativas, cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	31/12/2024	Provisões	Reversões	Atualização	31/12/2025
Provisão para riscos					
Trabalhistas	20.313	6.180	(4.857)	1.712	23.248
Cíveis	7.775	4.687	(329)	690	12.823
Administrativos	369	-	(181)	24	212
Tributários	23.278	70	(23.266)	12	94
Total	51.735	10.937	(28.633)	2.438	36.477

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis. Em 2017, a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ajuizou ação de repetição de indébito, fundamentada na jurisprudência à época, que entendia pela exclusão de ICMS sobre os encargos setoriais de transmissão e distribuição de energia elétrica (TUST/TUSD), tendo sido proferida sentença integralmente favorável à Concessionária. No entanto, diante da decisão desfavorável do STJ sobre a matéria, a Concessionária provisionou em 2024 o valor de R\$ 23.267 mil, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Contudo, diante da inércia da Fazenda Pública que não recorreu da decisão e tampouco se opôs ao levantamento pela Concessionária do valor depositado, referida sentença favorável à Concessionária transitou em julgado, tornando-se definitiva nesta em 2025. Diante disso, a Companhia procedeu à reversão do valor anteriormente provisionado, bem como dos depósitos judiciais correspondentes.

**Riscos possíveis - Valores não provisionados:**

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para riscos		
Tributários (a)	1.103.706	1.007.459
Cíveis (b)	274.000	236.845
Administrativo (c)	53.223	48.295
Trabalhistas (d)	12.062	14.840
Total	1.442.991	1.307.439

a) Riscos tributários: Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2025, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, e com decisões desfavoráveis com relação aos anos de 2013 a 2023, sendo que para o lançamento de 2024 e 2025 ainda não houve decisão administrativa. No que diz respeito aos anos de 2013 a 2023, foi impetrado Mandado de Segurança que com a pretensão de obter a nulidade dos julgamentos administrativos. No âmbito desse processo, foi proferida decisão favorável à Concessionária, declarando a nulidade das decisões administrativas e garantindo o direito a um novo julgamento dos recursos administrativos. Contudo, até o presente momento, esse julgamento ainda não ocorreu. Caso a cobrança seja definitivamente declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto a ANAC. b) Riscos cíveis: Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem/carga ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos porcessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas. Os principais processos estão relacionados a ações

indenizatórias que buscam o reconhecimento de responsabilidade civil da Concessionária, decorrentes de discussões contratuais e por supostos inadimplementos, ainda sem decisão definitiva. c) Riscos Administrativos: Ajuízos oriundos de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, IpeM-SP/Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, Receita Federal do Brasil, com instaurações dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo da ação. Em dezembro de 2024, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou um Auto de Infração devido a supostas falhas de informação na entrega intermediária de mercadorias importadas. O auto de infração foi impugnado e aguarda decisão de primeira instância administrativa. d) Riscos trabalhistas: A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista, cujos objetos importam, em sua maioria, pedidos de condenação subsidiária decorrentes de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 87% do total das contingências. Quando há o reconhecimento da responsabilidade subsidiária e consequente redirecionamento da execução para a Concessionária, discute-se o benefício de ordem para pagamento de condenações. e) Depósitos recursais e judiciais: Em 31 de dezembro de 2025, a Concessionária possuía R\$ 24.078 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 35.085 em 31 de dezembro de 2024).

**14. RECEITA DIFERIDA**

	Saldo inicial	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final
	31/12/2024				31/12/2025
Cessão de espaço	48.957	-	(48.959)	48.377	48.375
Reequilíbrio	14.371	-	(14.784)	15.352	14.939
Circulante	63.328	-	(63.743)	63.729	63.314
Cessão de espaço	286.769	38	-	(48.377)	238.430
Reequilíbrio	50.847	-	4.393	(15.352)	39.888
Não Circulante	337.616	38	4.393	(63.729)	278.318
	400.944	38	(59.350)	-	341.632
	31/12/2023				31/12/2024
Cessão de espaço	47.640	-	(48.832)	50.149	48.957
Reequilíbrio	14.618	-	(14.618)	14.371	14.371
Circulante	62.258	-	(63.450)	64.520	63.328
Cessão de espaço	320.426	16.492	-	(50.149)	286.769
Reequilíbrio	61.572	-	3.646	(14.371)	50.847
Não Circulante	381.998	16.492	3.646	(64.520)	337.616
	444.256	16.492	(59.804)	-	400.944

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**

Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2024, era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escrituras e sem valor nominal.

	31/12/2025	%
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUJAR	1.338.525	51,02%
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.286.033	48,98%
Total	2.624.558	100

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do período, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta tarifária	1.254.722	1.135.115
Receita de aeronave e passageiros	1.094.713	894.934
Receita de armazenagem e capatazia	2.349.435	2.030.049
Total da receita operacional bruta tarifária	4.698.870	4.060.108
Receita operacional bruta não tarifária	1.990.413	1.720.472
Receitas acessórias	1.990.413	1.720.472
Total da receita operacional bruta não tarifária	1.990.413	1.720.472
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	6.689.283	5.780.580
Deduções da receita bruta	(560.182)	(489.616)
Impostos sobre receita	(519.065)	(449.421)
Outras deduções	(41.117)	(40.195)
Receitas líquidas de serviços tarifários e não tarifários	3.779.666	3.260.905
Receita de construção	38.385	70.386
Receita operacional líquida	3.818.051	3.331.291

**17. CUSTOS E DESPESAS**

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(999.042)	(1.116.449)
Outorga variável	(435.025)	(364.911)
Serviços de terceiros	(250.821)	(156.797)
Passal e encargos	(154.337)	(133.694)
Conservação e manutenção	(118.476)	(112.776)
Energia elétrica	(55.416)	(64.402)
Custo de construção	(38.385)	(70.386)
Consultoria e assessoria	(21.547)	(13.462)
Aluguéis e impostos	(17.457)	(12.151)
Seguros e garantias	(6.225)	(8.890)
Outros	(5.363)	(70.386)
Contingências	7.899	(25.366)
PECLD	29.420	32.859
Reequilíbrios econômicos financeiros	171.029	9.444
	(1.896.246)	(2.036.204)
Custo dos serviços prestados	(1.923.972)	(1.865.591)
Despesas gerais e administrativas	(111.117)	(113.416)
Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item "15.3". O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá ser revertido em benefício econômico para o patrocinador, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro. Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.		

**18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	509.576	265.950
Outras receitas financeiras	24.690	19.627
Total	534.266	285.577
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(1.349.813)	(1.374.595)
Juros sobre empréstimos	(131.085)	(148.055)
Juros sobre debêntures	(44.937)	(62.724)
Outros	(28.307)	(44.922)
Total	(1.554.142)	(1.630.296)
Total do resultado financeiro	(1.019.876)	(1.344.719)

**19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

A Administração da Concessionária, baseada nas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras. As informações financeiras são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Em 2025 a Concessionária apresentou lucros provenientes da transação com o único cliente igual a 13,2% de seu faturamento. Por operar um único segmento "concessão aeroportuária", a Administração concluiu e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

**20. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA**

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item "15.3". O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá ser revertido em benefício econômico para o patrocinador, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro. Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

**21. SEGUROS**

Em 31 de dezembro de 2025, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantem continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuária, seguro de riscos operacionais, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto). As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras intermediárias e, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

	R\$ MIL	Vigência	Seguradora
Riscos operacionais	BRL 1.773.349	mai/25 mai/26	Tokio Marine
Garantia de obrigações públicas	BRL 936.207	jun/25 jun/26	Junto
D&O*	BRL 100.000	mai/25 mai/26	Berkley International
Aeronáutico - Drones	BRL 2.000	nov/25 nov/26	Mapfre
Seguro de frota	BRL 600	mai/25 mai/26	Porto
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	USD 500.000	dez/25 dez/26	Starr International

\*A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR.

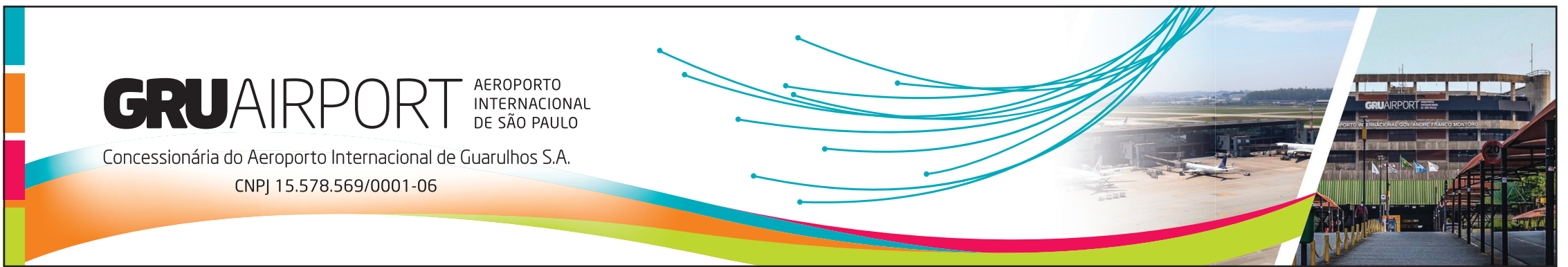
**22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entrelanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira

das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira. Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas a receber, investimentos, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos: Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Hierarquia do valor justo: A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

**Instrumentos financeiros**

	31/12/2025	Valor justo	Custo	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	824.315	-	824.315
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	2.966.957	-	2.966.957
Investimento	Nível 2	16.278	-	16.278
Contas a receber		-	334.633	334.633
Partes relacionadas		-	10	10
Total do ativo		3.807.550	334.643	4.142.193
Passivos				
Fornecedores		-	137.423	137.423
Partes relacionadas		-	535	535
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil		-	975.303	975.303



**GRU AIRPORT** AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO  
 Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.  
 CNPJ 15.578.569/0001-06

★ continuação **Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras**

que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria ("PAAs"):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão:** *Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:* Conforme descrito na nota explicativa 9 - "Intangível", a Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 9.931.060 mil (R\$ 10.459.214 mil em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a administração realizou novo teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível com premissas atualizadas de 2025. Esse tema foi considerado novamente como uma área crítica em nossa abordagem de auditoria durante 2025, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que fogem ao controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras. *Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:* Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo elaborado pela administração e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis; (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral. Avaliamos também as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido e (iii) avaliamos o risco associado aos fluxos de caixa e seu impacto na taxa de desconto, analisando a razoabilidade das taxas aplicadas ao modelo preparado pela Companhia, incluindo a consistência matemática e a adequação das premissas utilizadas no seu cálculo. Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos:** *Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:* Conforme descrito na nota explicativa 7 - "Impostos, taxas e contribuições" subitem (b), em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 1.414.017 mil (R\$ 1.368.770 mil em 31 de dezembro de 2024), provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados de projeção de geração de lucros tributáveis futuros. Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria de 2025, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, que consideramos projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. *Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:* Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a suficiência da projeção de geração de lucros tributáveis futuros

contra os quais os prejuízos fiscais e bases negativas poderiam ser utilizados, incluindo as projeções operacionais, financeiras, dados macroeconômicos, do setor e de participantes de mercado, e efetuamos análise de sensibilidade das premissas mais significativas utilizadas. Envolvermos também os nossos especialistas em tributos para validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.  
 São Paulo, 20 de março de 2026  
**Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda.**  
 CRC 2 SP023701/O-8  
**Franciane Heloise Moraes Messias**  
 Contadora CRC 1SP262973/O-6  
**Guilherme Marcio Santos Veloso**  
 Contador CRC 1MG111976/O



GRU AIRPORT

AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO

## NOSSO ANO EM NÚMEROS 2025

47,2

Milhões

Passageiros

305,2

Mil

Movimentação de Aeronaves

342,3

Mil Toneladas

Volume Total de Cargas Faturadas

R\$ 3,8

Bilhões

Receita Líquida

R\$ 2,9

Bilhões

EBITDA

77,3%

Margem EBITDA

771,8

Milhões

Lucro Líquido